

O debate acerca da conciliabilidade entre a mente estendida e o enativismo

Gabriel Moreira Francisco

Mestrando em Filosofia [UFRGS]

Bolsista CNPq

mofranciscog@gmail.com

Resumo: A teoria da mente estendida e o enativismo são abordagens distintas da cognição corporificada que estão interessadas em compreender aspectos cognitivos sem pressupor um intermédio representacional. Há discussões a respeito das diferenças entre essas abordagens, e se essas diferenças caracterizariam uma relação de incompatibilidade. Desse modo, torna-se necessário evidenciar essas diferenças a fim de debater uma possibilidade de integração. Pode-se compreender bem essas teorias dentro de um movimento de estudos em resposta ao cognitivismo. O cognitivismo foi a concepção predominante nas ciências cognitivas e adotou uma abordagem representacional ao defender que a cognição se caracteriza por realizar computações sobre representações. O movimento corporificado nos estudos da cognição defende que a cognição envolve as dimensões do ambiente imediato e do corpo, sendo estes indispensáveis para a compreensão das competências de conhecer e agir no mundo de um sistema cognitivo. A teoria da mente estendida e o enativismo buscam compreender a cognição dessa maneira. Ambas procuram desenvolver uma compreensão da cognição em termos corporificados, porém buscam fazê-lo a partir de influências distintas, que se refletem na construção de seus quadros teóricos. A teoria da mente estendida busca compreender certos aspectos da cognição em termos não representacionais, entretanto não abandona ou defende explicitamente uma rejeição da noção representacional para demais aspectos. Por outro lado, o enativismo busca maneiras de abandonar as representações em sua abordagem teórica e se coloca mais fortemente em oposição a essa noção chave para a tradição cognitivista. É tema de debate se seria possível considerar uma integração entre essas duas abordagens, uma vez que as agendas de pesquisa de seus quadros teóricos encontram divergências que não deixam clara a compatibilidade entre as duas teorias sem uma prévia investigação. A partir disso, este trabalho busca discutir as razões contra e a favor encontradas na literatura para uma conciliação entre a teoria da mente estendida e o enativismo. Serão apresentados argumentos que discutem a relação de compatibilidade ou incompatibilidade entre as duas teorias, a fim de se fazer considerações a respeito de suas diferenças e se estas seriam inconciliáveis.

Palavras-chave: Mente corporificada; mente estendida; enativismo; ciências cognitivas; cognição.

Introdução

A possibilidade de se desenvolver uma integração entre a teoria da mente estendida e o enativismo é um tema em debate. Apesar das semelhanças encontradas, em um primeiro momento, entre as duas visões acerca da cognição (ROWLANDS, 2009), afirma-se que existiria uma incompatibilidade entre elas (DI PAOLO, 2009). Entretanto, Shaun Gallagher (2013, 2014, 2017, 2018) tem desenvolvido trabalhos que anseiam por uma compreensão da extensão da cognição a partir de um pressuposto enativista. Cabe avaliar as razões elencadas pelo autor e, em caso de resposta positiva a uma integração, debater as consequências disso na filosofia das

ciências cognitivas. A seguir será descrito o paradigma cognitivista nas ciências cognitivas a fim de contextualizar o surgimento do movimento corporificado e situado neste campo de estudos.

O cognitivismo foi uma concepção nos estudos da cognição que defendeu que um sistema cognitivo deveria se caracterizar em termos de computações sobre representações. Tal concepção se tornou o paradigma nas ciências cognitivas, que ao longo de sua história buscaram descrever a atividade cognitiva a partir da adoção de diversas formas de representação (GARDNER, 1996). O paradigma cognitivista recorre a uma abordagem representacional nos estudos da cognição em que a capacidade de conhecer e agir no mundo, de um sistema cognitivo, deveria pressupor um intermédio de entidades abstratas que permitam tal sistema exibir essas competências. Desse modo, o cognitivismo compreende que para um sistema cognoscente conhecer e agir, este precisaria representar internamente a informação externa do ambiente. Assim, a informação estaria suscetível a processos computacionais, os quais teriam a finalidade de emitir uma resposta para a solução de um problema específico através do processamento dessas informações (HASELAGER; GROOT; RAPPART, 2003). Logo, a concepção tradicional nas ciências cognitivas compreenderia que o sistema cognitivo é um sistema que desempenha computações sobre representações com a finalidade de solucionar problemas.

1. O movimento corporificado e situado nos estudos da cognição

A postulação de estados representacionais como uma condição necessária em todos os casos de cognição está sujeita a questionamentos. Assim, a abordagem representacional adotada pelo cognitivismo tem sido criticada por não fazer um uso sensato da noção representacional (HASELAGER, 2004). Rodney Brooks (1990, 1991) é um dos autores que reconhece o problema de postular representações como uma entidade mediadora na relação do sistema cognitivo com o ambiente. O autor sugere uma alternativa a qual afirma que a atividade cognitiva deveria ser orientada pelo ambiente imediato, em vez de ter por referência representações internas. Brooks (1991) defende que a atividade sensório-motora deve dispensar a adoção de modelos abstratos para se orientar através do mundo concreto. Dessa maneira, um sistema cognitivo seria capaz de conhecer e agir no mundo a partir da exploração do ambiente em que está situado, conectando-se a ele através de seus sensores e atuadores como características intrínsecas de sua constituição corporal. Assim, caracterizando um contato íntimo com o entorno, sem um intermédio representacional em sua atividade cognitiva.

A alternativa de Brooks (1990) assume que o sistema cognitivo seria fundamentalmente acoplado ao seu ambiente. A ênfase colocada pelo autor no corpo e no meio eleva a importância da participação destes como aspectos indispensáveis no estudo da cognição, estando no centro dos debates sobre corporificação e situação (VOGT, 2002). Seguindo a mesma linha de compreender o corpo e o meio como dimensões fundamentais de conhecimento, Andy Clark e David Chalmers (1998) propõem a teoria da mente estendida, a qual compreende que as capacidades cognitivas do sistema não se restringem às características intrínsecas de seu corpo e podem ser constituídas por objetos encontrados em seu ambiente imediato, desse modo, estendendo-se a eles.

2. Teoria da mente estendida, externismo ativo e princípio de paridade

Os pontos distintivos da teoria da mente estendida são a hipótese de extensão cognitiva e o suporte conceitual desenvolvidos por Clark e Chalmers (1998) para sustentar que a cognição do sistema se estende para além de seus limites corporais. Desse modo, ao ser feita tal sustentação, mais do que defender a hipótese de extensão, é construído um quadro teórico que busca compreender o sistema cognitivo em termos corporificados e situados. Assim, a teoria da mente estendida reúne

um conjunto de propostas teóricas que busca compreender a cognição em uma união indissociável meio-mente-corpo. Duas dessas propostas podem ser identificadas no artigo de Clark e Chalmers (1998); estas seriam o externismo ativo e o princípio de paridade, que compõem o quadro da mente estendida e serão descritas a seguir.

O externismo ativo é uma versão da postura externista desenvolvida por Clark e Chalmers (1998) e pressupõe que a cognição individual não se restringe aos processos que ocorrem internamente, podendo ser parcialmente constituída por processos que ocorrem no ambiente imediato. Essa posição externista compreende que as capacidades intrínsecas do sistema são insuficientes para explicar certas competências cognitivas, e assim assume que existiria uma relação de acoplamento entre o sistema e seu meio. Neste acoplamento, caso os processos internos estabeleçam uma relação causal contínua e recíproca com os processos externos, isto caracterizaria um acoplamento ativo e seriam reconhecidos casos de extensão da cognição (CLARK; CHALMERS, 1998). Dessa maneira, os processos externos constituiriam a cognição do sistema e poderiam ser recrutados como propriedades complementares na execução de determinadas tarefas cognitivas. A proposta do externismo ativo ressalta a característica de complementaridade que o meio desempenha nos processos de cognição. Assim, é defendido que o meio, em certos casos, além de orientar a atividade cognitiva do sistema, pode constituir sua cognição e complementar suas ações para uma produção mais eficiente de respostas.

O princípio de paridade¹ afirma que caso uma função resultante de um processo externo atue de modo equivalente a uma certa função cognitiva, que se desempenha no interior do sistema, essa função produzida externamente deveria ser compreendida como parte de sua cognição (CLARK; CHALMERS, 1998). Os autores buscam ressaltar que as propriedades a serem consideradas como parte da cognição do sistema devem ser compreendidas a partir de sua equivalência funcional, e não pela localidade em que o processo se desenvolve. Com isso, Clark e Chalmers (1998) se propõem rejeitar a localização do processo como um critério a ser levado em conta para considerá-lo como cognitivo, ressaltando que não haveria nenhuma característica especial nos processos que se desenvolvem no interior do sistema que os diferenciassse de modo significativo dos processos externos. Isto é, não existiria qualquer coisa na composição material do sistema nervoso de tal forma que se pudesse afirmar que funções cognitivas, assim como estados mentais, são propriedades exclusivas ou redutíveis a ele. A característica que se destaca na proposta do princípio de paridade é a recorrência a uma argumentação funcionalista. A razão elencada por Clark e Chalmers (1998) para desenvolver tal argumentação é dar um passo além da proposta do externismo ativo e defender que estados mentais, tais como crenças, podem ser parcialmente constituídos por fatores externos, que desempenhariam contribuições significativas na atividade cognitiva do sistema e determinariam o êxito no cumprimento de certas tarefas — por exemplo, recordar-se de endereços específicos.

As duas propostas destacadas no quadro da teoria da mente estendida são construídas para sustentar a hipótese de extensão cognitiva. A característica de complementaridade, ressaltada no externismo ativo, buscaria a relação complementar estabelecida entre processos internos e externos na realização de certas atividades cognitivas. A argumentação funcionalista, recorrida no princípio de paridade, busca ir além da proposta do externismo ativo em defesa de um critério de equivalência funcional para prever casos de extensão de estados mentais.

3. Três ondas da teoria da mente estendida

1 O termo “*the parity principle*” (CLARK, 2005, p. 2) é desenvolvido em trabalhos posteriores sobre a proposta, e não está presente em Clark e Chalmers (1998).

Desde a sugestão da teoria da mente estendida, em 1998, seus estudos passaram por modificações ao longo do tempo. Autores como Sutton (2010), Kirchhoff (2012), Cash (2013), Gallagher (2018), Kirchhoff e Kiverstein (2019) afirmam que a teoria da mente estendida pode ser compreendida em três diferentes ondas. A primeira onda teórica remete-se ao momento inicial de sugestão da teoria por Clark e Chalmers (1998); esse momento é marcado pela defesa do princípio de paridade, havendo uma ênfase na argumentação funcionalista. Por conta dessa ênfase, houve objeções direcionadas à sugestão de Clark e Chalmers — entre elas pode-se mencionar as desenvolvidas nos trabalhos de Adams e Aizawa (2001, 2010). De acordo com Gallagher (2018), a segunda onda seria motivada pelas discussões decorrentes dessas e de outras objeções que a teoria da mente estendida recebeu. Como efeito, a segunda onda teórica ressalta a característica de complementaridade (SUTTON, 2010). Desse modo, é marcada pela defesa do externismo ativo por sua ênfase na complementaridade, podendo ser observada nos trabalhos de Clark (2003, 2008) em que há uma exploração da relação entre processos internos e externos para uma produção eficiente de respostas pelo sistema. Em comparação, enquanto a primeira onda ressalta a similaridade entre propriedades funcionais, a segunda enfatiza a característica complementar destas (KIRCHHOFF; KIVERSTEIN, 2019).

Uma terceira onda da teoria da mente estendida foi primeiramente sugerida por Sutton (KIRCHHOFF; KIVERSTEIN, 2019) como uma investigação da extensão cognitiva que se volte para uma negociação do agente cognitivo à dimensão cultural (SUTTON, 2010). Influenciados por esse autor, Kirchhoff (2012) e Cash (2013) desenvolvem a proposta de uma cognição socialmente estendida, a qual busca abandonar um suposto viés individualista que estaria presente nas duas primeiras ondas teóricas. Os autores buscam defender que a extensão da cognição deveria ser explorada não apenas em relação aos objetos do ambiente imediato, mas também em relação a outros agentes cognitivos e instituições, de maneira que se compreenda como a cognição se distribui levando em consideração o aspecto social (KIRCHHOFF, 2012; CASH, 2013). Por outro lado, apesar dessa investida social nos estudos da mente estendida, Gallagher (2018) afirma que ela não seria tão bem definida a ponto de caracterizar uma terceira onda, e diz que tal tendência social seria mais bem enquadrada nos estudos da segunda onda. Para o autor, o que caracterizaria uma terceira onda na teoria da mente estendida seria uma integração de seu quadro teórico ao enativismo. Desse modo, o autor defende o desenvolvimento de uma integração entre esses dois quadros teóricos e sugere que isso caracterizaria o momento atual da teoria da mente estendida. Entretanto, essa afirmação requer esclarecimentos, uma vez que tal integração não é uma possibilidade óbvia. Na seção seguinte será feita uma breve descrição do enativismo e posteriormente apresentadas as razões colocadas por Gallagher (2013, 2014, 2017, 2018) para se realizar essa integração.

4. Enativismo e razões favoráveis à integração

A enação compreende a cognição enquanto uma ação corporificada em que a experiência e o mundo do sujeito são coproduzidos conforme é desempenhada a interação entre o sistema e o ambiente no qual se situa (VARELA; THOMPSON; ROSCH, 1993). Foi sugerida por Varela, Thompson e Rosch (1993) como uma teoria ambiciosa para realizar uma síntese entre as ideias da fenomenologia, ciência cognitiva, biologia evolutiva, filosofia budista e psicologia (WARD; SILVERMAN; VILLALOBOS, 2017). Essa convergência procuraria articular um novo programa de pesquisa que realizasse uma ponte entre os estudos empíricos da mente e uma reflexão disciplinada a respeito de nossas experiências vividas, de modo a construir uma ciência cognitiva enativa (WARD; SILVERMAN; VILLALOBOS, 2017). Desde sua proposta inicial a enação passou por transformações, e hoje é possível identificar variantes de enativismo

— algumas destas seriam as vertentes autopoietica, sensório-motora e radical (JESUS, 2016). Junto com a hipótese de extensão cognitiva, o aspecto enativo da cognição tem sido agrupado aos aspectos corporificados e situado como os quatro aspectos da cognição que mantêm discordâncias à concepção cognitivista, nomeando-se cognição 4E — do inglês *embodied, embedded, enactive, extended* (NEWEN; BRUIN; GALLAGHER, 2018).

Como uma primeira razão para realizar uma integração entre o enativismo e a teoria da mente estendida, Gallagher (2013) afirma que, ao adotar um pressuposto enativista, a mente estendida poderia se defender das objeções às quais está sujeita ao pressupor um funcionalismo em seu quadro teórico. Dessa maneira, o autor compreende que o enativismo deveria substituir o argumento funcionalista recorrido no princípio de paridade. Assim, na medida em que a mente estendida fosse compreendida a partir de um pressuposto enativista, deveria ocorrer um abandono das concepções funcionalistas presentes na teoria;² logo, as objeções direcionadas ao princípio de paridade seriam contornadas por uma mudança de conceitualização.

A segunda razão colocada por Gallagher (2018) é que a adoção de uma concepção enativa de extensão levaria a teoria da mente estendida para uma direção mais dinâmica dos estudos cognitivos. Isso contribuiria para deixar de lado noções representacionistas, ou que se aproximem de noções computacionais, para dar lugar a modelos que compreendam processos dinâmicos (GALLAGHER, 2018). O autor afirma que a enação seria capaz de oferecer fundamentos conceituais suficientes para compreender o acoplamento de maneira que seja respeitada uma dinâmica causal recíproca. Isto é, Gallagher (2018) defende que a conciliação da mente estendida ao enativismo assumiria uma compatibilidade com as demais propostas de seu quadro teórico.

A terceira razão colocada por Gallagher (2014, 2017) é que a delimitação da mente estendida em termos enativistas seria facilitada por conta de ambas compartilharem uma concepção pragmática comum de intencionalidade. A pesquisa pragmatista sugere maneiras mais completas de descrição da cognição em termos corporificados, de tal maneira que as conceitualizações estendida e enativa não estariam necessariamente em conflito (GALLAGHER, 2014). A intencionalidade, tal como compreendida no enativismo, seria precisamente o conceito relevante para sustentar a hipótese de extensão (GALLAGHER, 2017). Desse modo, o autor defende que existiriam mais semelhanças do que diferenças entre ambas; a mente estendida e o enativismo seriam então favoráveis em uma visão integrativa (GALLAGHER, 2014).

Diante das diferentes ondas teóricas em que a mente estendida tem sido fragmentada, é possível observar o impacto que a sugestão de Clark e Chalmers (1998) teve na filosofia das ciências cognitivas com a hipótese de extensão cognitiva. Além disso, essa segmentação em momentos distintos indica um trabalho de pesquisa intenso sobre o tema nas últimas duas décadas. A terceira onda da teoria da mente estendida pode ser entendida como o momento atual de suas investigações, no qual ainda não se pode demarcar um enfoque preciso que a caracteriza, mas é possível apontar tendências em suas produções. A sugestão de uma integração entre a mente estendida e o enativismo é uma das tendências defendidas para caracterizar seu período teórico vigente.

5. Razões desfavoráveis à integração

Em contrapartida, as relações de compatibilidade ou incompatibilidade entre a teoria da mente estendida e o enativismo foram exploradas em momentos anteriores a Gallagher (2013).

2 De acordo com Gallagher (2011) um funcionalismo corporificado consente noções mínimas de representação para a ação. No mesmo sentido, o autor acusa essa concepção de reservar ao corpo um papel contingente. Desse modo, o funcionalismo daria abertura para considerar representações e um papel de menor importância do corpo no debate sobre corporificação.

Di Paolo (2009), ao fazer considerações a respeito, ressalta que os trabalhos desenvolvidos sobre a extensão da cognição se centrariam em questões sobre a localização dos processos cognitivos. Em associação ao enativismo, é destacado que, segundo a concepção enativa, a cognição é um fenômeno relacional, e não teria uma localização. Portanto, a relação entre organismo e agente cognoscente não seria a de uma coextensão (DI PAOLO, 2009). O autor ressalta que, na perspectiva enativista, a extensão da cognição não seria um ponto a ser discutido, pois a enação não compreende que exista uma localização no mesmo sentido estrito que a mente estendida compreenderia — essas seriam, portanto, concepções incompatíveis (DI PAOLO, 2009).

De acordo com Rowlands (2009) existem semelhanças evidentes entre a mente estendida e o enativismo, a mais clara seria que ambas as visões são variações sobre o mesmo tema. Porém, essas semelhanças são relativamente superficiais, e as divergências seriam maiores do que comumente se pensaria em um primeiro momento (ROWLANDS, 2009). “[...] Não é claro se as duas visões seriam sequer compatíveis” (ROWLANDS, 2010, p. 74, tradução nossa).

Tanto a pesquisa de Di Paolo (2009) quanto as de Rowlands (2009, 2010) apontam para diferenças significativas entre os dois quadros teóricos em questão. Considerando que as relações entre a teoria da mente estendida e o enativismo são tomadas como incompatíveis por esses autores, a sugestão de Gallagher (2013, 2014, 2017, 2018) vai no sentido contrário ao de defender uma integração. Isto é, Gallagher (2014) estaria defendendo uma compatibilidade de tal maneira que sua visão se opõe às pesquisas anteriores. Desse modo, essa divergência promove a abertura de uma discussão sobre a relação de compatibilidade entre a teoria da mente estendida e o enativismo. Essa discussão deve ser levada em conta no debate acerca de uma integração, de modo que esteja em questão se os dois quadros teóricos seriam conceitualmente compatíveis.

6. Atribuições funcionais e implicações na pluralidade teórica

Discutir a respeito da atribuição de funções pode gerar contribuições para esse debate na medida em que o princípio de paridade recorre a uma argumentação funcionalista, que desempenha um papel relevante na teoria da mente estendida. A proposta de compatibilização da autopoiese às atribuições funcionais, trabalhada por João Stakonski (2022), pode desenvolver diálogos interessantes com essa discussão. O autor investiga o posicionamento a respeito do funcionalismo na teoria autopoietica³ — esta que marcou o surgimento da abordagem enativa, e atualmente influencia a vertente do enativismo autopoietico. Stakonski (2022) afirma existir uma brecha funcionalista na teoria da autopoiese que pode ser explorada através da posição de naturalização darwiniana da teleologia, esta que defende uma concatenação conceitual a fim de evitar uma circularidade da definição etiológica de funções.

Desse modo, o autor critica a teoria da autopoiese por sua rejeição do funcionalismo, e a ataca em duas frentes. A primeira é em sua afirmação de atribuições funcionais enquanto causalmente inertes, a segunda é a tendência dos organismos de conservar sua aptidão (*fitness*). Desse modo, ao se adotar a posição de uma naturalização darwiniana da teleologia, a noção funcional estaria imune às afirmações autopoieticas que buscam negar suas atribuições. “A ausência de um vocabulário ligado a atribuições funcionais não é, porém, fortuita ou despropositada. Ela se dá porque os autores chilenos buscam construir uma explicação mecanicista dos seres vivos [...]” (STAKONSKI, 2022, p. 96). É interessante como o autor busca ressaltar o aspecto mecanicista da teoria autopoietica, e não apenas o aspecto fenomenológico do mundo trazido à tona pelo ser

3 A teoria da autopoiese defende que sistemas autônomos são capazes de produzir suas próprias regras, de modo que essa produção seja a principal característica dos seres vivos enquanto sistemas autopoieticos (MATURANA; VARELA, 1995).

vivo⁴. Desse modo, caso se queira assumir a posição defendida pelo autor para se pensar em uma integração, é possível discutir se essa brecha encontrada na teoria da autopoiese seria um ponto em que se poderia desenvolver uma conciliação. Entretanto, não se deve negar de antemão que, a partir de uma posição naturalista-darwiniana da teleologia, uma possível integração colocaria o enativismo em detrimento da teoria da mente estendida — opinião em que, se for o caso, não parece interessante investir.

Por outro lado, mesmo em um suposto cenário em que exista uma compatibilidade, é necessário discutir se uma conciliação deve ser realizada. Uma maneira de compreender a conciliabilidade é considerar se ela traria contribuições positivas para a filosofia das ciências cognitivas. Isso pode ser tomado em termos de uma preservação da pluralidade teórica da área. A pluralidade de quadros explicativos da cognição em termos corporificados e situados é uma das características do movimento corporificado. Além disso, as ciências cognitivas, enquanto um campo interdisciplinar, também são marcadas por uma pluralidade de explicações dos fenômenos cognitivos.

A pluralidade do movimento corporificado e situado pode ser compreendida pela noção de tradições de pesquisa. Esta compreende que quadros teóricos são as tradições que evoluem ao longo do tempo e passam por mudanças significativas mesmo em seus aspectos mais básicos, sendo um ponto importante para essa noção a existência de diversas tradições de pesquisa simultaneamente (STEINER, 2021). Tal visão se mostra favorável a um pluralismo e nos permitiria compreender bem a condição do movimento corporificado e situado. Desse modo, não devemos encarar essa variedade como uma ameaça ao futuro das ciências cognitivas; em vez de ser vista como uma falha ela deve ser celebrada e preservada (GENTNER, 2019). Assim, para além do movimento corporificado e situado, a pluralidade explicativa é uma característica do campo das ciências cognitivas e não deve ser encarada como um problema, mas sim mantida em sua diversidade.

Considerações finais

A proposta deste trabalho foi introduzir um debate na filosofia das ciências cognitivas envolvendo a teoria da mente estendida e o enativismo. O debate considera a integração entre essas duas abordagens corporificadas da cognição e leva em conta a relação de compatibilidade entre suas agendas de pesquisa, e as razões para sua conciliação. Assim, discutir a integração entre os dois quadros teóricos envolve discutir tanto se eles são compatíveis quanto conciliáveis. Isto é, para uma integração ocorrer, eles devem ser compatíveis de maneira que não envolvam contradições entre suas agendas de pesquisa, ao mesmo tempo que sua conciliação traga repercussões positivas para a filosofia das ciências cognitivas.

Podemos interpretar que Di Paolo (2009) e Rowlands (2009, 2010) defendem uma incompatibilidade. Opostamente, Gallagher (2014, 2017) afirma que, a partir de uma concepção pragmática de corporificação, a teoria da mente estendida e o enativismo não estariam em conflito, de modo que a noção de intencionalidade seria o ponto chave para uma relação compatível.

As razões favoráveis apontadas por Gallagher (2013, 2018) sugerem que uma integração deve ser feita, pois isso permitiria à teoria da mente estendida lidar melhor com as críticas que recebe, e a tornaria mais dinâmica. Ela poderia lidar melhor com as críticas na medida em que a adoção de uma conceitualização enativista implicaria o abandono de seu funcionalismo — presente na proposta teórica do princípio de paridade. Assim, ocorreria uma substituição do funcionalismo por concepções enativistas em seu quadro teórico, de tal forma que isso neutralizaria objeções dirigidas à argumentação funcionalista a que a teoria da mente estendida recorre. A segunda razão defende que ela se tornaria mais dinâmica pois a adoção de uma concepção enativista daria

4 A dicotomia mecanicista-fenomenológica se encontra presente em todo o texto e é bem explorada por Stakonski (2022).

abertura para compreender a extensão da cognição em termos de processos dinâmicos. Estes assumem que processos cognitivos buscam manter sua estabilidade diante de perturbações externas constantes. Assim, o sistema cognitivo deixaria de ser compreendido em termos de processos computacionais de produção de respostas para solução de problemas e passaria a ser encarado sob o ponto de vista de processos dinâmicos.

A parcela do debate que diz respeito à conciliabilidade também envolve discutir a variedade de quadros explicativos. Essa é uma característica que marca tanto o movimento corporificado e situado quanto o campo das ciências cognitivas. O abandono dessa pluralidade não parece atrativo sem que esteja claro como uma integração contribuiria com o aumento do poder explicativo sobre os fenômenos cognitivos. Logo, a adoção de um pluralismo em defesa da diversidade teórica mostra-se uma alternativa mais interessante na medida em que os benefícios de uma integração não estejam explícitos.

Bibliografia

- ADAMS, F; AIZAWA, K. The value of cognitivism in thinking about extended cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, vol. 9, 2010, pp. 579-603.
- _____. The bounds of cognition. *Philosophical Psychology*, vol. 14, no. 1, 2001, pp. 43-64.
- BROOKS, R. Elephants don't play chess. *Robotics and Autonomous Systems*, vol. 6, no. 1, 1990, pp. 3-15.
- _____. Intelligence without representation. *Artificial Intelligence*, vol. 47, 1991, pp. 139-159.
- CLARK, A.; CHALMERS, D. The extended mind. *Analysis*, vol. 58, no. 1, 1998, pp. 7-19.
- CLARK, A. Intrinsic content, active memory and the extended mind. *Analysis*, vol. 65, no. 1, 2005, pp. 1-11.
- _____. *Natural-born cyborgs: minds technologies, and the future of human intelligence*. Oxford University Press, 2003.
- _____. *Supersizing the mind*. Oxford University Press, 2008.
- CASH, M. Cognition without borders: "third wave" socially distributed cognition and relational autonomy. *Cognitive Systems Research*, 2013, pp. 61-71.
- DI PAOLO, E. Extended life. *Topoi*, vol. 28, 2009, pp. 9-21.
- GALLAGHER, S. Enactive intentionality. In: _____. *Enactivist interventions: rethinking the mind*. Oxford University Press, 2017.
- _____. Interpretations of embodied cognition. In: TSCHACHER, W; BERGOMI, C. (Orgs.). *The implications of embodiment: cognition and communication*. Imprint Academic, 2011.
- _____. Pragmatic interventions into enactive and extended conceptions of cognition. *Philosophical Issues*, vol. 24, 2014.
- _____. The extended mind: state of the question. *The southern journal of philosophy*, vol. 56, no. 4, 2018, pp. 421-447.
- _____. The socially extended mind. *Cognitive System Research*, vol. 25, no. 26, 2013, pp. 4-12.
- GARDNER, H. *A nova ciência da mente: uma história da revolução cognitiva*. 2ª ed. Edusp, 1996.

GENTNER, D. Cognitive science is and should be pluralistic. *Topics in Cognitive Science*, vol. 11, 2019, pp. 884-891.

HASELAGER, P.; GROOT, A.; RAPPARD, H. Representationalism vs anti-representationalism: a debate for the sake of appearance. *Philosophical Psychology*, vol. 16, no.1, 2003, pp. 5-23.

HASELAGER, W. O mal-estar do representacionalismo: sete dores de cabeça da ciência cognitiva. In: FERREIRA, A.; GONZALEZ, M. E.; COELHO, J. *Encontros com as ciências cognitivas*. Tradução de Mariana Claudia Broens. São Paulo: Coleção Estudos Cognitivos, 2004.

JESUS, P. Autopoietic enactivism, phenomenology and the deep continuity between life and mind. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, vol. 15, no. 2, 2016, pp. 265-289.

KIRCHHOFF, M.; KIVERSTEIN, J. The extended mind three waves. In: _____. *Extended consciousness and predictive processing: a third wave view*. Routledge Focus, 2019.

KIRCHHOFF, M. Extended Cognition and Fixed Properties: steps to a third-wave version of extended cognition. *Phenomenology and the Cognitive Sciences*, vol. 11, 2012, pp. 287-308.

MATURANA, H.; VARELA, F. *A árvore do conhecimento: as bases biológicas do entendimento humano*. Tradução de Jonas Pereira dos Santos. Campinas: Editorial Psy II, 1995.

NEWEN, A.; BRUIN, L.; GALLAGHER, S. 4E Cognition: historical roots, key concepts, and central issues. In: NEWEN, A.; BRUIN, L.; GALLAGHER, S. (Orgs.). *The Oxford Handbook of 4E Cognition*. Oxford: Oxford University Press, 2018.

ROWLANDS, M. Enactivism and the extended mind. *Topoi*, vol. 28, 2009, pp. 53-62.

_____. *The new science of the mind: from extended mind to embodied phenomenology*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

STAKONSKI, J. Compatibilizando autopoiese e atribuições funcionais. *Principia*, vol. 26, no. 1, 2022, pp. 95-111.

STEINER, P. Radical views on cognition and the dynamics of scientific change. *Syntese*, vol. 198, no. 1, 2021, pp. 547-569.

SUTTON, J. Exograms and interdisciplinarity: history, the extended mind, and the civilizing process. In: SUTTON, J.; MENARY, R. (Orgs.) *The extended mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 2010.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. *The embodied mind*. Cambridge, MA: MIT Press, 1993.

VOGT, P. The physical symbol grounding problem. *Cognitive Systems Research*, vol. 3, no. 3, 2002, pp. 429-457.

WARD, D.; SILVERMAN, D.; VILLALOBOS, M. Introduction: the varieties of enactivism. *Topoi*, vol. 36, 2017, pp. 365-375.